

Idéia é mudar as leis americanas

Dívida externa

25 JAN 1985

JOSAFÁ DANTAS
Da Editorial de Economia

A proposta de capitalização dos juros da dívida externa brasileira, pagamento de apenas parte dos juros e incorporação de outra ao débito principal, vai aos poucos ganhando corpo. No plano para pagamento do débito externo aprovado na última terça-feira pela Comissão do Programa de Ação do Governo (Copag), foi aprovado que o mais importante atualmente é modificar a legislação bancária dos Estados Unidos, para permitir que a capitalização seja possível. Esse será um dos temas das conversas que o presidente eleito Tancredo Neves terá com o presidente Ronald Reagan, informou ontem um dos membros da comissão.

O presidente Tancredo Neves levou em sua bagagem o documento preparado pela Copag. Os membros da Comissão fizeram um pacto para não divulgar nenhuma linha sobre o conteúdo do plano, como é o caso do ex-ministro Hélio Beltrão, que nunca escondeu informação da imprensa. Ele limita-se a falar simplesmente que, assim que Tancredo Neves der sinal verde, ele explicará tudo. Mas, a comissão, que se reunirá na próxima segunda-feira, não discutirá mais sobre dívida externa, pois o assunto é considerado encerrado, cabendo agora ao novo presidente decidir.

Muitas pessoas de renome são contra a capitalização dos juros, como é o caso do banqueiro Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú e cotado para assumir um ministério. Ao participar ontem da reunião da Frente Liberal, na Câmara dos Deputados, Setúbal disse que é contra a medida, e explica que a legislação dos EUA não permite. Outro contrário à tese é o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsem, que na segunda-feira, às vésperas da reunião da Copag para decidir sobre o

plano de renegociação da dívida, soltou muitas críticas desfavoráveis à medida.

O banqueiro Setúbal e Simonsem estão com razão, ambos são porta-vozes dos banqueiros norte-americanos, conforme opinião de economistas e políticos ligados à Frente Liberal. Simonsem é um dos diretores do City Bank, o maior credor da dívida brasileira. Outra pessoa que é contra a capitalização é o deputado e banqueiro Herbert Levy. Ele acha que a capitalização vai aumentar a dívida. Sua idéia é vincular o pagamento do débito a 25% das exportações, ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando o total foi de 43%. Já os senadores Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Carlos Chiarelli defendem a capitalização.

LEGISLAÇÃO

O documento elaborado pela Copag, de acordo com fontes ligadas ao novo governo, pressupõe estritamente negociações que permitam mudanças no regulamento que se aplicam aos bancos norte-americanos, já que esse mecanismo não é utilizado pelos bancos europeus. A capitalização dos juros está sofrendo problemas apenas normativos, pois o regulamento não permite realizar a medida. Não existe uma lei que impeça os bancos de aceitarem as medidas.

Para conseguir mudar a legislação, o presidente Tancredo Neves vai falar com Ronald Reagan, já que os dois órgãos que comandam as ações dos bancos são o Federal Reserve (FED) e o Control of Currency, que é o órgão que controla a circulação de moedas dentro do país. Esses dois organismos são responsáveis também pela política monetária do país. Por essa razão é que, muitas vezes, técnicos do Governo defendem uma renegociação política.

Para conseguir obter a mudança do regulamento,

os brasileiros vão alegar que o Banco de Illinois já concedeu a capitalização dos juros para a Bolívia, conforme revelaram fontes ligadas ao novo governo. A adaptação pode ser feita, alegam, bastando que o governo dos EUA decida. A tarefa não será fácil para conseguir convencer os técnicos norte-americanos, mas "vai ser difícil, porém não impossível", como afirmam os assessores.

Outro fator que pode pesar a favor do Brasil é o fato do regulamento ter sido feito somente para disciplinar os empréstimos domésticos. O ato não pode ser estendido para nações, entendem os assessores. Os bancos acham, por exemplo, que um grande supermercado pegaria uma certa quantia e alegava que não podia pagar os juros. Nesse caso ele rolaría, o que tornaria muitas empresas inadimplentes, e poderia levar os bancos à bancarrota. Outro fator é que a regra não é universal, porque os bancos europeus não a utilizam.

O Brasil precisa urgentemente definir logo a renegociação da sua dívida. Os assessores prevêem que a partir deste mês o país já vai ter problemas de caixa, porque as estimativas para a economia do país são irrealizáveis. Neste mês, estimam, o superávit da balança comercial não vai além dos 500 milhões de dólares. Esse fato vai dar problema de caixa para o país.

Quanto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), os assessores entendem que se os banqueiros aceitarem a proposta brasileira, a instituição não vai ter como recusar o acordo. Agora, é esperar o encontro de Tancredo Neves com Ronald Reagan, para saber como as coisas vão se desenrolar. A Copag, a partir de agora, vai cuidar apenas da política interna, voltada para o desenvolvimento econômico do País. Mas, para isso, espera ansiosamente pela decisão dos bancos e do governo norte-americano.